

Congresso institucionaliza marajás no serviço público

SANDRA BRASIL

BRASÍLIA — Além de legislar em causa própria, aumentando os salários dos deputados em 23,66%, o Congresso liquidou com o projeto de isonomia para o serviço público proposto pelo Executivo e institucionalizou o chamado "marajá". Após a tumultuada sessão da última quarta-feira, quando Câmara e Senado derrubaram dois vetos presidenciais à Lei da Isonomia, o ministro da Administração Federal, Romildo Canhim, denunciou uma manobra para beneficiar os funcionários públicos e de estatais que ganham mais que de ministro de Estado, teto estabelecido pela Constituição.

Canhim ressaltou que os vetos permitiam que as vantagens pessoais e outras gratificações garantidas por lei fossem limitadas para que a remuneração total dos funcionários não ultrapassasse o teto de 90% do salário de ministro de Estado, que é de 3.138,31 URVs ou CR\$ 2.446.416,00. Esse teto foi fixado pela MP 409 que, ao ser transformada na Lei da Isonomia pelo Congresso, foi alterada.

Enquanto o veto que equiparava os salários dos deputados, senadores e ministros de Estado aos dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) só foi derrubado pela Câmara — o Senado ainda vai votar a questão — os vetos contra os dispositivos que beneficiam os funcionários que recebem salários privilegiados foram derrubados pelas duas Casas do Congresso. Segundo o ministro Romildo Canhim, o trabalho de três meses do Governo para combater os salários abusivos foi ignorado pelo Congresso quarta-feira. Os servido-



“Estou muito desgostoso. Isso afeta profundamente o trabalho entre poderes”

Romildo Canhim



“É totalmente inadequado o Congresso legislar sobre seus salários”

Eduardo Suplicy

res que recebem mais que ministro de Estado nos órgãos dos três Poderes e nas estatais poderão incorporar as vantagens às suas remunerações totais.

— Estou muito desgostoso. Isso afeta profundamente o trabalho entre os três Poderes que se intensificou nos últimos três meses do Governo — disse Canhim.

A repercussão do aumento dos salários que os deputados se autoconcederam foi negativa até mesmo na Câmara. Para o relator da revisão constitucional, Nelson Jobim (PMDB-RS), a decisão foi um equívoco. O deputado Antônio Britto (PMDB-RS) qualificou o resultado da votação de anteontem como “infeliz e suicida”.

Segundo o líder do Governo no

Senado, Pedro Simon (PMDB-RS), o Senado não deverá referendar o aumento salarial dos deputados ao votar o restante da Lei 8.852. Segundo ele, a votação deverá ocorrer na próxima semana.

— Eu considero totalmente inadequado que o Congresso venha a legislar sobre os seus próprios salários — afirmou o senador Eduardo Suplicy (PT-SP).